

ATA N.º 13/2018

---- Reunião ordinária do dia onze de julho de dois mil e dezoito.-----

---- No dia onze de julho de dois mil e dezoito, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo ordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e cinco minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- Foi registada a falta justificada de António Coutinho.-----

A ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, com as alterações sugeridas, pelos membros Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- Atualização Taxas e Outras Receitas Municipais 2018-----
- Auto de Medição-----
- Auto de Revisão-----
- Isenção de Taxa – AASHC-----
- Concurso Pecuário da Feira Anual do Arestal 2018 – Apoio-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:

Em oito de junho, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 2 788 743,37 (dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e três euros e trinta e sete cêntimos) e operações não orçamentais = € 625 161,94 (seiscentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e um euros e noventa e quatro cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Os fundos disponíveis nesta data eram de € 1 155 390,35 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos).-----

Intervenções:

Paulo Martins disse pretender alguns esclarecimentos. Sobre os acordos de execução, aprovados na última reunião de Câmara Municipal, e na última sessão da Assembleia Municipal. Perguntou, porque é que a Ecopista não foi incluída nos mesmos, uma vez que abrange três freguesias? Em relação ao preço pago pelas diversas tarefas, nomeadamente a limpeza dos PRs e das valetas, perguntou qual era a opinião da Câmara Municipal, e se o preço foi alto ou baixo. Por fim, perguntou o que é que tinha impedido que os acordos ficassem fechados mais cedo? -----

O Vice-presidente disse que a Ecopista não tinha sido incluída, por entenderem que deve ser o município a zelar pela limpeza da mesma, tendo sido lançada uma empreitada, que está a decorrer fisicamente. Sobre a demora nos acordos, informou que tinham sido iniciadas as negociações no ano eleitoral e até haver concordância por todos, verificou-se a necessidade de reunirem por algumas vezes. E, além do mais, havia uma freguesia que não tinha os órgãos instalados, tendo sido nomeada uma comissão administrativa, o que veio também condicionar esse processo, que ficará pendente em relação a essa freguesia. -- Paulo Martins continuou, para colocar duas questões que poderão, ou não, trazer problemas no futuro, sobre as contas consolidadas e sobre a Agim. Primeiro, perguntou se a Agim podia celebrar contratos com a Câmara Municipal, dentro do quadro legal que tem, uma vez que o presidente da Agim é o presidente da Câmara Municipal. Segundo, perguntou se a Agim podia participar em concursos públicos, nomeadamente aqueles que eram lançados por despacho. Mais disse que, se fosse possível obter um parecer que respondesse a essas duas perguntas, estariam com a consciência tranquila. -----

O Vice-presidente disse que, se a Agim não pudesse celebrar contratos com a Câmara Municipal, o auditor externo teria levantado essa questão. -----

Para um melhor esclarecimento, foi dada a palavra ao Diretor de Departamento que explicou que, sendo a Agim uma associação de direito privado, a mesma podia concorrer. Disse que se podia decidir pela contratação “*in house*”, mas que, aí, estariam numa embrulhada ainda maior e que não estavam a fazer isso. Afirmou que a prática era realizar-se um concurso público, aberto a todas as entidades privadas e públicas, e, que a Agim podia concorrer. Mais disse que o concurso público era feito com base no CCP e que a Agim podia concorrer e prestar trabalhos privados, assim como o Município também os presta nalgumas áreas. Colocar-se-ia assim a questão - há alguma legislação que impede ou que diga que é proibido a Agim concorrer? Disse não saber e que pensava haver entendimentos em que era essa a solução, depois de passar a ser proibido à Agim receber subsídios do município. A Agim nasceu em 2006 e, até 2012 a lei permitia que fossem feitas transferências para a associação a título de apoio ou subsídio, mas, em 2012, a lei proibiu e deixou-se de fazer isso até 2017, e, em 2017, a LOE abriu a possibilidade dos municípios, quando têm influência dominante, celebrarem contratos de apoio através de subsídio à exploração. Disse que a lei define isso tudo e isso tudo tinha sido bem analisado, em termos jurídicos, e que é uma situação que interessa ao executivo, para estar dentro da legalidade. -----

O Vice-presidente disse que achava que o motivo da dúvida do vereador Paulo Martins era devido à ata da última reunião, onde diz “*o Vice-presidente perguntou ao Diretor de Departamento se existe algum parecer jurídico.*” O Diretor de Departamento respondeu estar à espera de autorização superior para submeter cópia do parecer jurídico que há sobre essa matéria. -----

Paulo Martins disse que, ainda em relação à Agim, tinha ficado a saber de uma informação, na Assembleia Municipal, que não tinha sido apresentada em reunião de Câmara, que é o facto de muitos daqueles deferimentos, de que falava o ROC, poderiam passar para capital. Perguntou o que é que isso significava. -----

O Vice-presidente disse não explicar, porque não sabia, uma vez que a Agim é uma entidade privada com a sua contabilidade própria e tem o seu técnico de contas, não tendo, o município, competência para isso. -----

Paulo Martins disse que, a sua preocupação era que, naquele caso, a Agim podia fazer a sua atividade e podia chegar ao fim do dia com resultados negativos que iriam ter uma implicação no orçamento do município. -----

O Vice-presidente referiu que, o ROC disse para se aconselhar a Agim a que inscrever a verba na rubrica certa, não podendo o município ir além disso. -----

Paulo Martins perguntou para quando estava previsto o relatório da Feira do Mirtilo, que está dentro do contrato com a Agim. -----

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse que estavam a ser avaliadas as reações para a elaboração do mesmo. -----

Paulo Martins disse que o seu último tema estava relacionado com a transferência de competências do governo para a Câmara Municipal, que irá a votação na Assembleia da República, no dia 18 de julho, perguntando se já se sabia quando seria feita a transferência dos cerca de um milhão, quatrocentos mil euros previstos. -----

O Vice-presidente disse ser evidente que não sabe, uma vez que, o que iria ser votado era a proposta de Lei n.º 4, sendo que, o que está para aprovação é uma carta de intenções, e, as leis sectoriais é que iriam estabelecer isso. -----

Pedro Lobo interveio para perguntar se era possível alterar as reuniões de Câmara para que fossem realizadas num horário pós-laboral. Disse que, na última reunião, perguntou se havia novas obras e que, entretanto, tinha-lhe sido comunicado que estariam a decorrer obras no Estádio Municipal na mesma altura em que decorreu a Feira do Mirtilo. Perguntou se era verdade e que obras tinham sido realizadas. Recordou ter perguntado três vezes ao senhor vice presidente se havia obras a decorrer e que o senhor vice presidente tinha dito que não. Perguntou se a viatura de luxo, com o símbolo da viatura da presidência, já tinha sido levantada e onde é que se encontrava. Disse querer dizer, publicamente, que, até ficava emocionado quando ouvia dizer que não há dinheiro para pagar o transporte dos estudantes do ensino secundário, para depois ver aquele tipo de esbanjamento, sendo algo que não consegue compreender. Finalmente, disse ter informado a direção da Agim que, no próximo ano, quando houver eleições, não

continuará, mas, de facto, disse custar-lhe que, aqueles que fazem alguma coisa pela terra estejam constantemente a ser criticados. Sugeriu, quer aos seus colegas vereadores, quer ao senhor vice presidente, que fosse agendada uma reunião, com a direção da Agim, para serem colocadas as questões em cima da mesa e onde se pudessem tirar todas as dúvidas que tiverem a tirar e seguir-se em frente, porque, quando seguirem em frente, a Feira do Mirtilo beneficiará com isso, podendo ser a Agim, ou outra entidade qualquer, a organizar a mesma. Mais disse que, a feira, obviamente, tem de ser repensada, pois o espaço é agradável, mas, a disposição dos stands tem de ser repensada, e, se calhar, não faz sentido virem produtores de fora com produtos iguais, mas se for com produtos diferentes que sejam uma mais valia para a feira, tudo bem. -----

O Vice-presidente disse que, relativamente ao horário das reuniões, é uma questão de propor internamente, embora não acredite que haja qualquer executivo que tenha um horário das reuniões em período pós-laboral. Sobre as obras no estádio municipal, afirmou que, quando tinha dito que não havia obras, às tantas ou não tinham começado ou já tinham, e que considera ser redutor estar a dizer e que, aquele local estava a precisar, já há uns anos, de uma pintura e de uma limpeza total e, uma vez que se aproximava o Mirtilo Cup, que juntou cerca de sessenta equipas, era preciso dar uma lavagem àquilo, o que acabou por ser feito. Se não foi informado, pedia desculpa, pois era uma questão de gestão corrente. Disse estar à espera de trazer, para informação da vereação, obras palpáveis, daquelas que têm prazo, agora as de gestão corrente não faz sentido. -----

Pedro Lobo, disse, como expositor, que na sua opinião, esta é a feira que mais projeta o nome de Sever do Vouga a nível nacional e tem de ser repensada, o congresso nacional de mirtilo foi uma coisa espetacular, pensando que estamos em condições de voltar a fazer uma coisa desse género. Existem três coisas que, na sua opinião, deviam ser vistas. Para já, falar com a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha para que não volte a acontecer o que aconteceu, depois, haver um programa que traga o mirtilo do ponto de vista técnico, mas, também, uma melhor divulgação e depois a disposição dos stands. -----

Vice-presidente – esta contribuição é salutar se for, deixa passar agora as férias e começar a trabalhar isso para o ano. Quanto à duplicação com Albergaria-a-Velha, referiu que em dezembro, tinha falado com o colega e disse quando era a feira do mirtilo, e, entretanto, por causa de um dos nomes em vista para o cartaz, não pôde. -----

Ricardo Silva disse que, na última reunião, tinha falado sobre a paragem de autocarro localizada em frente à Junta de Freguesia de Talhadas, mas que não tinha ficado a perceber muito bem. -----

O Vice-presidente disse ser da competência da Junta de Freguesia. -----

Raul Duarte disse que, algumas coisas não tinham corrido bem durante a Feira do Mirtilo, principalmente devido à chuva, mas que nem tudo era tão mau assim. -----

Pedro Lobo disse ter-lhe chegado a informação de que a GNR tinha multado imensos carros. -----

Raul Duarte disse que, todos os anos, são realizadas reuniões com a GNR, tendo sido acordado que os carros mal-estacionados não eram multados, a menos que houvesse queixas, ou condutores que estacionassem à frente de portas. Mais disse que, infelizmente, tinha havido um senhor que estacionou num lugar para deficientes, que tinha sido multado.

Ricardo Silva interveio para dizer que, não era contra a Feira do Mirtilo, mas era contra o dinheiro que se gasta na feira, que considera ser demais. Deu os parabéns à organização pelo esforço que teve, pois sabe que as intempéries prejudicaram a feira, sendo que, no fim, correu muito bem. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

Atualização Taxas e Outras Receitas Municipais 2018: - O órgão executivo deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento da atualização das taxas do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em 2,477%, a entrar em vigor no dia 01 de julho de 2018.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo do artigo 10º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

Votação: A favor – Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Auto de Medição: - A Câmara Municipal analisou e aprovou, por maioria, o seguinte auto de medição de trabalhos:-----

a) “Centro Escolar de Sever do Vouga”:-----

- Auto de Medição n.º 6 de trabalho contratual no valor de € 113 308,78 (cento e treze mil, trezentos e oito euros e setenta e oito cêntimos), acrescido do IVA.-----

Votação: A favor – Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Auto de Revisão: - A Câmara Municipal tomou conhecimento da seguinte revisão de preços, tendo os valores sido confirmados pelos serviços técnicos:-----

“Centro Escolar de Sever do Vouga”, conforme a sexta revisão, sem qualquer valor dos trabalhos realizados sujeitos a revisão.-----

Isenção de Taxa – AASHC: - Através de carta datada de 17 de junho de 2018, a Associação de Apoio Social e Humanitário Cedrinense veio requerer a isenção do pagamento da taxa relacionada com a emissão de uma licença especial de ruído para a realização dos festejos em honra de São João, nos passados dias 23 e 24 de junho de 2018. Analisado o pedido e respetiva informação dos serviços administrativos, a Câmara Municipal ratificou, por unanimidade, a isenção do pagamento da referida taxa.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

Votação: A favor – Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Concurso Pecuário da Feira Anual do Arestal 2018 – Apoio: - À semelhança de anos anteriores, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição de um subsídio no valor de € 1 000,00 (mil euros), à Comissão Executiva do Concurso Pecuário da Feira Anual do Arestal, para a realização do Concurso Pecuário Regional da Raça Bovina Arouquesa da Feira do Arestal, a realizar-se no próximo dia 25 de julho de 2018.-----

Esta deliberação foi tomada de acordo com a competência dada à Câmara Municipal através da alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 7º do regulamento denominado “Programa para a concessão de apoios ao associativismo do concelho”.--

Votação: A favor – Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

-----Período Destinado ao Público-----

Esteve presente, Graciete Pereira da Silva, residente na Rua do Cascalhal, no lugar de Carrazedo, na União das Freguesias de Cedrim e Paradela, em representação dos pais daquele lugar, para expor um problema que os preocupa, relacionado com a ocupação dos filhos, no período das férias escolares. Mais referiu existir o mesmo problema durante o período das aulas, uma vez que não existe prolongamento, ficando as crianças sem ter onde estar até chegarem os seus pais dos seus empregos. -----

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse ser um caso que tem de ser bem visto e analisado, consoante a lei. Disse que, atualmente, o ATL funciona perto da Escola do Calvário e que a APCDI também presta esse serviço. Disse ser evidente que o município está preocupado, também, e que é o seu dever ajudar nessa situação, mas, em parceria com as IPSS, pois o município de Sever do Vouga não tem meios para isso. Disse querer que fique ciente que não existe uma resposta objetiva e direta para resolver essa situação, mas que a mesma irá ser equacionada, sendo necessário saber o número de crianças e os horários pretendidos para tentar que sejam feitas parcerias com as IPSS. Sugeriu a marcação de uma reunião com a Associação de Pais para falar sobre isso. -----

Seguidamente, interveio Alice Coutinho, que disse ter ficado triste com o facto de o autor da escultura do mirtilo gigante não ter estado presente na sua inauguração. Mais disse que a escultura estava um pouco escondida e ficava muito melhor numa rotunda. Referiu que não é necessário convidar pessoas de fora para participarem na feita, porque não faz sentido e porque Sever do Vouga tem cerca de cinquenta artesãos que são bons em tudo. --

O Vice-presidente disse registar e agradecer a posição apresentada, desafiando a fazer a apresentação de propostas, atempadamente, em relação ao próximo ano. Mais disse que, a intenção era colocar a escultura numa rotunda, mas que, infelizmente, as entidades gestoras da E.N. não tinham autorizado.-----

--- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
